

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.305 - SE (2019/0302388-5)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : WALTER GOMES MARQUES NETO  
**ADVOGADO** : WALTER GOMES MARQUES NETO - SE004414  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
**PACIENTE** : JONAS DOS SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JONAS DOS SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (HC n. 201900325077).

Consta dos autos que o paciente cumpre pena em execução provisória, tendo sido condenado em 14 anos, 1 mês e 12 dias em regime inicialmente fechado.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte estadual, argumentando que as penas não devem ser somadas para fins de progressão. Afirma, assim, que o paciente já atingiu o lapso tanto para o crime comum como para o hediondo. Entretanto, o Tribunal denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 72):

*HABEAS CORPUS – PLEITO DE PROGRESSÃO DE REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA – INDEFERIMENTO – REQUISITO OBJETIVO (TEMPORAL) NÃO PREENCHIDO – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.*

Nesta impetração, a defesa argumenta, em suma, que *somar todas as penas dos crimes em tela, e aplicar 2/5 para progressão seria injusto, haja vista que a condenação foi mista, ou seja, ele foi condenado pela prática de crime que é comparado a hediondo, com a prática de crime que não é hediondo, onde temos 2/5 para tráfico e 1/6 para crimes comuns* (e-STJ fl. 4).

# Superior Tribunal de Justiça

Com base nisso, requer, tanto em liminar como no mérito, a expedição de alvará de soltura ou de contramando de prisão (se ainda solto).

**Pede sustentação oral.**

**É o relatório. Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Conforme fundamentou o Tribunal (e-STJ fl. 73):

*Conforme decisão proferida em 18/01/2019 pelo juízo das execuções, o paciente registra 1 (um) ano, 6 (seis) meses e 7 (sete) dias de pena cumprida, não tendo atingido o requisito objetivo para a progressão ao regime semiaberto, já que para adquirir o direito ao referido regime é necessário o cumprimento do patamar de 2/5 para o crime de tráfico e 1/6 para o delito de associação para o tráfico, (2/5 da pena de 8 anos e 2 meses e 1/6 da pena de 5 anos, 11 meses e 12 dias, ou seja, 4 anos, 3 meses e 3 dias), de modo que alcançará o lapso pretendido apenas em 12/10/2021.*

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA

Relator

